



AS CARTAS DAS MULHERES INDÍGENAS AO BRASIL

THE LETTERS OF INDIGENOUS WOMEN TO BRAZIL

Suzane Lima Costa¹

Resumo: Através da seleção de três cartas escritas e encaminhadas ao Brasil por mulheres indígenas das etnias Terena, Guarani-Kaiowá e Guajajara, apresento as narrativas de desamparo e de coragem de mulheres que tiveram seus filhos e parentes assassinados no processo de retomada das suas terras no Brasil. Discuto como essas mulheres transformaram o medo em afetos de coragem (SAFATLE, 2015), pondo em evidência os modos de produção dessas cartas, que hoje circulam em redes sociais e em diferentes portais de notícias nacionais e internacionais. Para tanto, analisarei a construção do destinatário dessas correspondências – o Brasil – e os modos como esses escritos podem ser lidos como manifestos políticos. Por fim, demonstro como essas mulheres estetizam o que significa esse desamparo e são as actantes que melhor respondem à pergunta de que os índios têm medo? (CASTRO, 2011). A resposta dessas mulheres é o assunto central deste artigo.

Palavras-chave: Cartas; Mulheres indígenas; Desamparo; Coragem.

¹ Universidade Federal da Bahia. E-mail: suzanelimacosta@gmail.com.

Abstract: Through the selection of three letters written and sent to Brazil by indigenous women of the Terena, Guarani-Kaiowá and Guajajara ethnic groups, I present the narratives of helplessness and courage of women who had their children and relatives murdered in the process of resumption of their lands in Brazil. I discuss how these women have turned fear into affections of courage (SAFATLE, 2015), highlighting the ways in which these correspondences circulate in social networks and in different national and international news portals. For that, I will analyze the construction of the recipient of these letters – Brazil – and the ways in which these correspondences can be read as political manifestos. Finally, I demonstrate how these women elaborate what helplessness means, and today how they can respond to the question "What are the indigenous people afraid of?" (CASTRO, 2011). The response of these women is the main topic of this article.

Keywords: Letters; Indigenous women; Helplessness; Courage.

No artigo "O medo dos outros", Eduardo Viveiros de Castro (2011) retoma a pergunta "de que riem os índios?", elaborada por Pierre Clastres no clássico *A sociedade contra o estado* (2003), para pensar o perspectivismo ameríndio através de uma questão análoga: "de que os índios têm medo?". Para Viveiros, assim como para Clastres, os indígenas riem e têm medo das mesmas coisas: "jaguares, xamãs, brancos e espíritos, isto é, dos seres definidos por sua radical alteridade" (CASTRO, 2011, p. 889). Se o medo e o riso entre os indígenas são instaurados pelo modo como seus corpos são afetados por outros corpos, poderia, em analogia às duas questões, dizer que os indígenas temem e riem dos afetos.

Um modo particular de dizer desses afetos entre os indígenas ganhou força com a prática de escrever cartas. Coletivos e organizações indígenas, caciques, pajés e professores passaram, entre os anos de 2000 a 2015, a tratar documentos reivindicatórios (produzidos em finais de encontros políticos, organizados para apresentar às autoridades brasileiras à situação das suas aldeias e às questões da demarcação de terras) como correspondências endereçadas aos presidentes da república, ministros, governadores e demais autoridades federais brasileiras. Do riso ao medo, há uma década, os povos indígenas escrevem cartas ao Brasil.

Além das temáticas reivindicatórias, nessas cartas estão expressos relatos da situação atual das suas aldeias e povos, modos de autodemarcação das suas terras, com pequenas biografias do dia-a-dia da comunidade, além de discussões internas e felicitações mais íntimas, trocadas entre amigos ou lideranças. As micro e macropolíticas de educação, saúde e segurança públicas também estão presentes nas cartas através da descrição dos contextos de pobreza e violência vivenciados por algumas comunidades indígenas. São "cartas sobre suas terras, suas histórias diárias, suas questões políticas e identitárias, cartas sobre suas vidas" (COSTA, 2018). Quem lê essas cartas, além de ser apresentado a uma

singular história do Brasil - pós comemoração dos 500 anos - também encontrará a mais recorrente das narrativas de medo e desamparo entre os indígenas: os relatos dos assassinatos de suas lideranças.

A morte por assassinato não é um assunto recente entre os indígenas. Não há nenhum exagero em afirmar que, em muitas regiões do Brasil, ser indígena já é condição para inúmeros crimes de mando. Com isso quero dizer que não foram os modos de matar os indígenas que ganharam novos arranjos políticos, mas foram os modos de narrar essas mortes que ganharam novas plasticidades na voz dos indígenas, que encontraram nesse tipo de escrita um modo de denunciar e perspectivar seu presente e seus afetos.

No final de 2013, passei a pesquisar as composições desse tipo de escrita em redes sociais e organizações indígenas e elaborei o projeto de pesquisa intitulado *Autobiografias indígenas em trinta anos de cartas* com o intuito de organizar um material virtual, que colocasse em circulação as cartas que os povos indígenas escreveram e destinaram ao Brasil, produzindo, desse modo, tanto uma discussão sobre quem é o Brasil-destinatário dessas cartas dos indígenas, quanto uma apresentação do Brasil pelo olhar do seu outro mais radical: o indígena. Das 664 cartas escritas em língua portuguesa² e reunidas para a composição desse arquivo, foram selecionadas 100 correspondências, produzidas pelos indígenas e encaminhadas ao Brasil, no período de 2000 a 2015. Há muitas cartas individuais, encaminhadas por lideranças e intelectuais indígenas, como Marcos Terena, Gabriel Gentil, Azilene Kaingang, Sônia Guajajara, no entanto, em sua maioria, as cartas são escritas e assinadas coletivamente pelos povos Yanomami, Xucuru-kariri, Pataxó, Terena, Tupinambá, Guarani e Kaiowá, Potiguara, Munduruku, para citar alguns exemplos.

Durante a pesquisa, percebi que as cartas tinham um agenciamento temporal particular, porque acompanhavam o modo como os indígenas compreendiam e respondiam aos imperativos jurídicos e históricos que o Estado

² Todas as cartas escritas nas línguas indígenas possuem uma versão em português. Algumas cartas, como as dos Yanomami, são bilíngues. As cartas coletivas, produzidas por alguns grupos, são cartas ditadas aos indígenas que dominam a escrita da língua portuguesa ou aos parceiros não indígenas escolarizados (antropólogos, indigenistas, pesquisadores e ativistas), que participam das assembleias. Cabe ressaltar que nem todos os povos indígenas permitem a participação de não indígenas na transcrição dos seus documentos públicos e preferem que o texto seja produzido com a participação oral restrita da comunidade indígena em suas assembleias e encontros.

brasileiro ativava em seus corpos. Entender essa temporalidade também é entender como os indígenas escolheram a carta como um gênero oficial de documentação e conversa com o Estado brasileiro. Para apresentar os contornos dessa temporalidade no arquivo e pensar a ideia do Brasil como destinatário das cartas, organizei as correspondências da seguinte forma: 1) Cartas aos 500 anos (correspondências que compreendiam o marco dos 500 anos do Brasil e que foram destinadas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso; 2) Cartas para os presidentes Lula e Dilma (correspondências que marcaram a entrada do Partido dos Trabalhadores na Presidência do Brasil); 3) Cartas de repúdio aos assassinatos de lideranças (correspondências que denunciavam os crimes e suicídios de indígenas nos processos de retomada das suas terras); 4. Cartas escritas por mulheres indígenas (correspondências nas quais as mulheres repudiavam as ações do Estado e dos fazendeiros).

Selecionei para analisar neste artigo trechos das cartas escritas coletivamente pelas mulheres Guarani-Kaiowá e Terena, e encaminhadas ao presidente Lula e à presidenta Dilma, durante os seus mandatos, e uma carta escrita por Sonia Guajajara, anunciando sua candidatura à vice-presidência do Brasil. Os trechos dessas cartas têm em comum as narrativas de coragem e de desamparo das mulheres que tiveram seus filhos e parentes assassinados, pondo em evidência o circuito contemporâneo de afetos que as indígenas vivenciam em suas aldeias. Essas mulheres estetizam o que significa esse desamparo e são, hoje, as actantes que melhor respondem à pergunta “de que os índios têm medo?”. A resposta dessas mulheres é o assunto central deste artigo.

PARA QUEM AS MULHERES INDÍGENAS ESCREVEM?

Diferente de outros gêneros de escrita, a carta possui, entre outras peculiaridades, duas condições de significação muito particulares: a predisposição à conversação na própria relação que se estabelece entre remetente e destinatário e, a partir disso, um tipo de expectativa em relação ao tempo - não diretamente ligada ao tempo da resposta, mas ao tempo da própria interlocução que esse tipo de escrita produz. Se toda carta escrita cria um tipo de expectativa temporal, seja pela vontade de resposta seja pela própria conversação, vale então perguntar: o que seria essa expectativa para as mulheres que perderam seus filhos assassinados? Na carta das mulheres Terenas, o modo como as mães indígenas passaram a ser afetadas por esse tempo das expectativas, para usar a

expressão do Vladimir Safatle (2015), apresentou aos seus corpos a um mal ou a um bem ligados ao medo e à coragem. Diz a carta:

Nós, mães Indígenas Terena de Mato Grosso do Sul, parentes do indígena assassinado Oziel Gabriel e mães dos demais Guerreiros Terena, que neste momento histórico arriscam suas vidas nas retomadas de nossas terras, sentindo-se impotentes diante da gravidade da situação e temendo novas mortes entre nossos filhos (...) hoje estamos de luto pela vida de nosso filho Oziel e temerosas por nós e todos os nossos outros filhos que neste momento cumprem seu dever como Guerreiros Terenas(...) Nas palavras de nossa anciã *Naty Senó* (mulher forte): “Mãe branca não é igual a mãe indígena? Não tem sentimentos? Quando sabemos que nosso filho quer agredir alguém nós o aconselhamos e corrigimos, dizemos: Não faça isso porque não é bom! Será que a mãe branca não é assim? Não tem sentimento como a gente tem?” Esperamos que a senhora, mãe da nação, se sensibilize com o sofrimento de seus filhos e filhas e resolva a questão antes que mais sangue seja derramado, pois é a única com esse poder em mãos.

Tristes, mas esperançosas. Mães Terena de Mato Grosso do Sul.
(TERENA, 2013).

Essa carta foi escrita coletivamente pelas mulheres Terena e encaminhada à Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 01 de junho de 2013. É uma das muitas cartas escritas coletivamente por mulheres e encaminhadas ao Brasil. Oziel Gabriel foi morto no dia 30 de maio, em uma ação de reintegração de posse de terra (caracterizada pelo Ministério Público como fracassada e cheia de erros) da Polícia Federal do estado do Mato Grosso do Sul - estado que mais chacina índios no Brasil. Oziel morreu com um tiro na barriga, estava escondido atrás de uma árvore, armado com arco, flecha, pedras e um facão contra algumas *stopping power* Gold Hex da Polícia Federal. Na carta das mães Terena, Oziel é um dos mais de oitocentos indígenas assassinados na última década no Brasil em ações de disputa de terras. No último relatório divulgado pelo CIMI, só em 2015, 137 indígenas foram assassinados.³ O apelo das mães indígenas, descrito na carta à presidenta Dilma, diz desse temor e, paradoxalmente, da coragem para enfrentar o Estado com pedras, flechas, facões e cartas.

O medo no corpo e o seu reconhecimento como um tipo de enfrentamento na escrita das mulheres Terena cria também outros sentidos para o tempo da

³ Segundo os dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 891 indígenas foram assassinados desde 2003. Para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é possível que esse número seja maior, porque nem todas as mortes são registradas ou denunciadas. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/>> acesso em: 15 mar. 2018.

expectativa, que tanto podem confirmar o que vem a ser esperar por uma resposta, justamente por acreditar em seu interlocutor como aquele que possui o poder soberano da interdição, quanto podem reconhecer o medo como um afeto a ser enfrentado, como um tipo de sujeição necessária à reação do corpo, não para tornar-se subordinado ou sujeito, mas para vir a ser *corpus* – força conjunta de reação. Nesse segundo sentido possível, as mulheres elaboram em sua carta uma “forma de coragem afirmativa diante da violência provocada pela natureza despossessiva das relações intersubjetivas” (SAFATLE, 2015, p. 74), em outras palavras: escrever para Dilma, ainda que seja para afirmar a própria condição de vulnerabilidade social, é um “afeto de coragem” (SAFATLE, 2015, p. 74).

É preciso aqui considerar que, na carta, o destinatário da soberania do poder também tem corpo de mulher. Dilma, além de ser o Brasil a quem as indígenas apelam e interpelam em nome da vida de seus filhos assassinados, torna-se a metáfora da conversação das mães Terena com esse outro *corpus* ora tido como sua alteridade radical, ora como sua própria extensão - condição colocada em evidência na carta, principalmente, quando a anciã Naty Senó pergunta pela dor das mulheres brancas e quando pergunta pelo modo do próprio Brasil ser afetado diante da dor do outro. Por outro lado, esse destinatário ao mesmo tempo que se projeta pela sua condição polissêmica é também, e principalmente, um ausente. A carta das mulheres Terena também cumpre o destino de ser “um escrito que alguém envia a um ausente para lhe fazer ouvir seus pensamentos.” (GRASSI, 1998, p. 2).

Não se trata aqui de dizer da ausência em seu antagonismo radical à condição de presença na linguagem ou da sua própria condição substantiva ou quase onipresente nos nossos modos de pensar as relações entre sujeitos. Não me refiro à ausência assimilada, mas ao ausente, literalmente, à falta do corpo ativo para a conversação, ao outro da troca, da participação, da divergência, da briga, da reconciliação; esse outro a quem a carta foi destinada e de quem se espera uma resposta. Esses afetos de coragem produzidos pelas mulheres para dizer dos assassinatos de indígenas em suas aldeias, essas correspondências, sempre foram endereçadas, nunca foram somente cartas retóricas, escritas para o exercício apenas do cuidado de si.

Esses documentos são, por isso mesmo, manifestos políticos, escritos como recorro último, escritos e encaminhados para o Brasil durante todo o mandato do governo Dilma, mas já estavam presentes no governo Lula e tiveram

um significativo início com a comemoração dos 500 anos do Brasil, com a carta encaminhada para o presidente Fernando Henrique Cardoso.⁴ Na pesquisa que fiz, nos quinze anos de cartas escritas pelos indígenas ao Brasil, não houve um ano em que as mulheres indígenas não escrevessem em nome das suas filhas, filhos, irmãos, irmãs e demais parentes assassinados. Não houve um ano sem o registro de uma morte violenta e sem narrativas de sujeições e desamparo. Do mesmo modo, não houve uma resposta escrita formal ou informal aos indígenas. O ausente aqui tem nome próprio, tem corpo presente dentro e fora da própria performance escrita.

Por outro lado, ainda que acredite no ausente como pessoa categórica, como atributo de responsabilidade, há uma reversão singular na ideia de um destinatário-ausente que, paradoxalmente, pode desordenar o tempo da expectativa da resposta ou da própria conversação. Isso porque a carta dessas mulheres indígenas não projeta um porvir, mas considera uma ocasião na qual é possível criar um sentido para dor, um amparo, sustentando na presença de seus escritos a complexidade do próprio acontecimento histórico como um tipo de ação que necessariamente não está ligada a uma vontade de representação ou de afirmação identitária, mas ao modo como os afetos passam pelo corpo, indígena ou não indígena.

Mas foi com os Guarani-Kaiowá, homens e mulheres, que esses afetos ganharam, pela primeira vez, respostas e produziram um primeiro efeito significativo nas redes sociais do Brasil e entre organizações internacionais. Refiro-me à carta dos Guarani-Kaiowá, da comunidade originária do Tekohá Pyelito kue/Mbrakay, expondo o que chamaram de decisão definitiva sobre suas vidas: a morte coletiva de toda a comunidade, em resposta à ordem de despacho apresentada pela Justiça Federal de Navirai-MS, em 12 de setembro de 2012. Diz a carta:

Tekohá Pyelito kue/Mbrakay, 08 de outubro de 2012.

(...)sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários dos nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós, ali estão os cemitérios de todos

⁴ As escritas coletivas estão presentes em arquivos da FUNAI e demais organizações indígenas desde o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando as cartas começam a ganhar status de documento oficial dos indígenas. Em 2006, quando o número de usuários da Internet cresce no Brasil, o acesso às cartas e o quantitativo delas cresce ainda mais, e o gênero epistolar passa a ser usado também como manifesto e como nota de repúdio pelos indígenas. Para saber mais sobre as cartas durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, cf. (COSTA, 2018).

nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui. Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos. (GUARANI-KAIOWÁ, 2012)

A carta foi ditada ao Conselho Aty Guasu⁵ e publicada nas redes sociais e no site do Conselho Indigenista Missionário. As palavras dessas mulheres e homens criaram uma rede de comoção coletiva e uma série de respostas promovidas através da #eusouguaranikaiowá ou do sobrenome Guarani-Kaiowá acoplado nos nomes e rostos dos perfis das páginas do *facebook* de muitos brasileiros. Foi a primeira vez que uma carta dos indígenas produziu uma conversação, encontrou os ausentes e criou um modo político de resposta ao desamparo vivido pelos indígenas no Brasil.

Antes mesmo do anúncio de morte coletiva, mulheres e homens Kaiowá já vinham incansavelmente escrevendo cartas ao Brasil e já previam, desde o início do governo Dilma, que a situação da comunidade ficaria insustentável. Uma mostra disso está na carta, escrita em 31 de janeiro de 2011, para congratular a Presidenta Dilma pela sua eleição e pedir, mais uma vez, a devolução do território ancestral Kaiowá, seu Tekohá. Diz a carta:

Que bom que a senhora assumiu a presidência do Brasil. É a primeira mãe que assume essa responsabilidade e poder. Mas nós Guarani Kaiowá queremos lembrar que para nós a primeira mãe é a mãe terra, da qual fazemos parte e que nos sustentou há milhares de anos. Presidenta Dilma, roubaram nossa mãe. A maltrataram, sangraram suas veias, rasgaram sua pele, quebraram seus ossos. (...) Presidente Dilma, a questão das nossas terras já era para ter sido resolvida há décadas. Mas todos os governos lavaram as mãos e foram deixando a situação se agravar. Por último, o ex-presidente Lula prometeu, se comprometeu, mas não resolveu. Reconheceu que ficou com essa dívida para com nosso povo Guarani Caiová e passou a solução para suas mãos. E nós não podemos mais esperar. Não nos deixe sofrer e ficar chorando nossos mortos quase todos os dias. Não deixe que nossos filhos continuem enchendo as cadeias ou se suicidem por falta de esperança de

⁵ Conselho formado por indígenas Guarani e Kaiowá presentes na região do Mato Grosso do Sul. A história da Aty Guasu está disponível em: <<http://atyguasublogspot.com/2012/11/historia-da-aty-guasuguarani-kaiowams.html>> acesso em 14 abril 2018.

futuro (...) Devolvam nossas condições de vida que são nossos tekohá, nossas terras tradicionais. Não estamos pedindo nada demais, apenas os nossos direitos que estão nas leis do Brasil e internacionais”. (CONSELHO DA ATY GUASU, 2011)

Os apelos por seus direitos, os relatos em nome da terra e as descrições dos assassinatos sofridos pelos indígenas, antes mesmo da entrada da Presidenta Dilma no poder, também fizeram parte da rotina do governo Lula. Não houve um ano durante os dois mandatos do Presidente Petista sem cartas com as descrições dos martírios diários sofridos pelos Guarani-Kaiowá, sem as contínuas repetições e descrições dos modos como os Kaiowá vinham sendo assassinados. Das tantas cartas enviadas, destaco um trecho da carta dos professores Kaiowá, encaminhada ao presidente Lula em 24 de agosto de 2010.

Diz a carta:

(...) O senhor já deve ter ouvido falar do recente assassinato dos nossos dois professores, Jenivaldo e Rolindo, na terra indígena Ypo'i, município de Paranhos. Seus familiares vieram aqui exigir justiça e garantia de vida e seus direitos à sua terra tradicional à qual voltaram recentemente. Querem encontrar o corpo de Rolindo e ali enterrar Jenivaldo. Finalmente, senhor presidente Lula, não deixe nosso povo Kaiowá Guarani sofrendo tanto. Nosso povo continua sendo morto que nem animal e muitos de nossos jovens se suicidam pela falta de esperança e de terra. (CONSELHO DA ATY GUASU, 2010).

Como podemos deduzir da carta à Dilma em 2011, a resposta efetivamente existiu e Lula assumiu publicamente que a questão da disputa de terras entre indígenas e fazendeiros (boa parte políticos do agronegócio no Brasil) foi um problema insolúvel durante o seu governo e que passaria sua 'dívida' para com os indígenas às mãos da sua sucessora, Presidente Dilma Rousseff. Enquanto a 'resolução' não chega por essa via, os indígenas continuam a sua saga de pedras, cartas e facões para enfrentar dois inimigos infinitamente bem armados: 1. Pistoleiros, a mando dos donos da soja no Estado do Mato Grosso; 2. Policiais federais, a mando do judiciário brasileiro.⁶ Nas cartas entendemos quem é e quem não pode ser o interlocutor do 'bem-viver' dos indígenas, da mesma forma que também entendemos para quem as mulheres escrevem, ainda que a minha vontade de criar uma alegoria da ideia de Brasil, inscrita no nome próprio dos presidentes da república, produza mais um sentido de ausência do que de atribuição de responsabilidades.

⁶ Para saber mais consultar dados e demais informações do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://www.cimi.org.br>, acesso em: 20 fev. 2018.

Com o anúncio do que ficou conhecido como suicídio coletivo, os Kaiowá mais uma vez lembraram ao Brasil que o índice de suicídios entre indígenas é 6 vezes maior do que a média nacional. Entre 2004 e 2014 foram cerca de 500 casos, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde. Perspectivar o futuro é parte da agonia dos mais jovens, que hoje têm no trabalho para os próprios fazendeiros e na mendicância seu modo de existência. Contudo, são os remetentes dessas correspondências líderes ativos que, desde o assassinato de Marçal de Souza⁷, em 1983, se organizam para criar entradas políticas nos códigos do poder dos não-indígenas no Brasil, tanto com a aprendizagem da escrita da Língua Portuguesa, quanto com as muitas parcerias políticas nacionais e internacionais agenciadas com antropólogos, pesquisadores e demais indigenistas defensores da causa indígena.

Das cartas encaminhadas em 2010 e 2011 ao Brasil à carta produzida em 2012, e das tantas outras cartas escritas pelo mesmo grupo de indígenas na última década, o que se lê são incansáveis escritos de repetição sobre um problema que começou com o fim da Guerra do Paraguai e com a chegada da Companhia Mate Laranjeira na região.⁸ Isso porque a todo tempo repete o pedido de viver em sua terra, repete para ser ouvido, repete para não morrer, repete até cansar. Repete como um tipo de escrita que também funciona como um transe ritualístico: “Devolvam nossa Tekohá”, “queremos morrer aqui”, “nossos ancestrais foram enterrados aqui”, “estamos sendo assassinados aqui”. Repetir até tornar a repetição um tipo de *ethos* para viver ou morrer, ainda que sem respostas ou ainda que a resposta e a comoção dos outros só apareça quando os afetos de coragem viram gestos desesperados, quando todos os indígenas, homens, mulheres e crianças, decidem morrer.

Mas o que acontece afinal quando uma repetição vira *ethos*? O medo diminui? Algum tipo de amparo é produzido? A produção de algum outro modo de agir é inventado? O que percebi no arquivo das cartas escritas pelas mulheres

⁷ Marçal de Souza, um dos maiores líderes indígenas do Brasil na década de 1970, após inúmeras ameaças de morte, foi assassinado em novembro de 1983, no mesmo ano em que discursou para o Papa João Paulo II explicando a situação de violência, perseguição e miséria vivenciada pelos Guarani-Kaiowá no Brasil. O assassinato do líder Guarani-Kaiowá gerou comoção internacional e os principais acusados do crime foram absolvidos pela justiça brasileira.

⁸ Para saber mais, consultar as pesquisas do professor Jovam Vilela da Silva, especialmente a obra intitulada *A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma Visão Histórica - 1892- 1977* (1996) e o artigo *A Multiface da Empresa Mate Laranjeira* (2011).

indígenas é que há um outro *corpus* de força criando caminhos alternativos à própria repetição e aos apelos das mães Terena e das mulheres Kaiowá. Exemplo disso está em uma emblemática carta produzida logo no início de 2018 que, como muitas outras cartas escritas por mulheres lideranças políticas, escritoras e artistas indígenas, oferece uma outra narrativa para o enfrentamento do medo e que ressignifica os modos de composição e ação das mulheres indígenas no Brasil. Refiro-me a carta assinada por Sônia Guajajara, “falando com seus parentes e parentas indígenas”, sobre sua candidatura à vice-presidência do Brasil, e postada em fevereiro no *site* do Partido Socialismo e Liberdade.

Diz a carta:

Sou a Sônia Bone Guajajara, mulher indígena do povo Guajajara do Maranhão / Amazônia brasileira, faço parte da coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil–APIB e lutamos junt@s à todos os povos indígenas que resistem no Brasil. O tempo em que vivemos é duro. O conservadorismo avança, os direitos trabalhistas são esfaqueados, o que resta da saúde e educação pública sofre um desmonte contínuo (...) No campo e na floresta, o agronegócio, a mineração, e o desenvolvimentismo capitalista predatório desmatam, poluem nossos rios, e atacam violentamente a vida dos nossos povos(...) Quando nós resistimos e nos contrapomos a esse modelo, somos ameaçados, somos assassinados e até nossa voz querem silenciar. Nós não aceitamos isso. E quero aqui começar o ano falando sobre candidaturas indígenas em 2018. Diante de todos os ataques e retrocessos que vem perdurando durante toda a história, se faz necessário que nós indígenas com toda a nossa sabedoria, ancestralidade e articulação possamos nos adentrar nas candidaturas das próximas eleições para pleitear as vagas nos espaços institucionais ao Parlamento e ao Executivo, conforme for as nossas articulações políticas partidárias, e assim começarmos a ocupar esses espaços que até hoje, 518 anos depois, é ocupado em sua maioria por representantes muito distante ou totalmente contrário às causas populares e à diversidade desse país. (GUAJAJARA, 2018)

Ocupar os espaços políticos no parlamento e no executivo, criar articulações e outras formas de enfrentamento para deixar de morrer, para sair do tempo da expectativa por respostas do Estado, para fazer do *Tekoporã* (bem-viver para os Guarani) a única condição de poder soberano para a vida, são as propostas da primeira mulher indígena candidata à Presidência do Brasil. O que também se pretende é retornar aos saberes indígenas para uma ação política de transformação, que retire do imaginário coletivo a ideia de que as questões indígenas são problemas locais, para recolocar essas questões como centrais das relações de poder no Brasil, centrais aos modelos de circulação de bens e distribuição de riquezas. Isso porque uma transformação política, para voltar ao pensamento do Safatle, diz também de modificações na estrutura dos sujeitos,

em seus modos de determinação, nos regimes de suas economias psíquicas e nas dinâmicas dos seus vínculos sociais (SAFATLE, 2015).

Como Sônia Guajajara, um número expressivo de mulheres indígenas participa da cena política do Brasil. Em atuações coletivas e/ou individuais, o corpo dessas mulheres, muitas delas lideranças em suas aldeias, está presente na construção de associações e organizações, em partidos políticos, em grupos autônomos e anônimos, e, muitas vezes, liderando a luta armada para a retomada das suas terras, como Marinalva Manoel Kaiowá, assassinada em 2014, quinze dias após sua estadia em Brasília para manifestar repúdio contra a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à anulação da demarcação da terra indígena Guyraroká, também em Dourados. Ou como Damiana Kaiowá, que viu seu marido e filho serem assassinados por pistoleiros e decidiu assumir o lugar deles no processo de retomada do seu Tekohá e hoje é líder indígena da comunidade Apy Ka'y.

Ao escrever para os parentes indígenas, mulheres e homens, Sonia também reencontra os destinatários da carta de morte dos Guarani-Kaiowá, da carta das mães Terena e das mais de seiscentas correspondências escritas ao Brasil, para dizer que um outro *corpus* é possível, não meramente para reproduzir o tempo das projeções que só consegue paradoxar poderes no retorno a um certo tipo de utopia, mas para fazer dos corpos de exceção corpos constituintes que reinventam a vida, ainda que estejam no limite da sua própria condição de existir. O que Sonia Guajajara põe como questão central em sua carta não é só o desamparo experimentado por essas mulheres indígenas, mas também como é fundamental aos indígenas, mulheres e homens, continuar produzindo reações que convertam a violência em processo de mudança de estado, que façam com que o medo deixe de ser o afeto político central (SAFATLE, 2015), em nome e em defesa de uma retomada do poder promovida pelos mesmos sujeitos que experimentam o desamparo em suas vidas.

DAS CARTAS PARA NÃO MORRER AOS AFETOS DE CORAGEM

Foi o Phillipe Lejeune (2008) quem formulou um dos problemas centrais para os estudos epistolares: a quem pertence uma carta? Essa questão foi elaborada para pensar certos destinos das cartas íntimas, escritas por um único remetente para um único destinatário – geralmente um remetente que possuía uma obra já reconhecida. Diferentemente do destino das cartas íntimas, as cartas das mulheres indígenas foram escritas para não pertencer a ninguém. Como

cartas produzidas coletivamente e que possuem o espaço das redes sociais como lugar de postagem e domínio público, são correspondências produzidas para qualquer um, porque foram escritas muito mais para uma reflexão/ação sobre o que podem essas mulheres, sobre os efeitos das suas produções no imaginário coletivo do seu destinatário primeiro: O Brasil.

Não há como não acreditar nessas cartas como afetos de coragem, como textos-manifestos da própria condição de submissão e também da reação coletiva a essa mesma sujeição. Reagir aqui também faz parte do *Tekoháporã*. O bem-viver de quem convive com a morte está nos modos de mobilizar grupos de apoio, organizações internacionais, cineastas, antropólogos, nos modos de ditar as cartas a serem escritas ou de escrever cartas ainda que não tenham garantias da interlocução, nos modos de criar estratégias para enfrentar pistoleiros e policiais, de ser expulso e voltar à terra - voltar e voltar repetidas vezes para o lugar de uma crença, de um tipo de reencontro ancestral – o lugar do seu *corpus* de força, o lugar de uma miração.

Miração aqui não tem nenhuma relação com a alucinação, ao contrário disso é o sonho lúcido do Xamã, é o momento em que é possível ao Xamã ler com o corpo, alargar suas percepções do mundo, ser o autor e crítico daquilo que te faz agir. Por isso ao ler essas cartas, estamos também diante de um tipo de escrita que se escuta, que se pode tocar, que impõe ao leitor uma outra relação com o tempo, um tipo de escrita que se produz nas andanças do corpo, na voz, e de voz em voz nas rodas de encontros, antes mesmo de ser palavra escrita. Um conjunto de textualidades que tenho chamado de Literaturas de Miração.

A primeira vez que li essas cartas pensei muito sobre essa potência e esse efeito, sobre como esses escritos também produzem modos de reinventar a vida. Pensei em como é escrever para não morrer, como é ter de lidar com as constantes repetições e apelos sem respostas diante de um problema criado pelo Estado brasileiro em suas absurdas tentativas de transformar o indígena em cidadão pobre (CASTRO, 2008). Pensei, e ainda penso, no Brasil-destinatário impossível dessas cartas e em como, por vezes, as cartas dessas mulheres são também cartas de qualquer indígena, porque são também espaços do luto e da reinvenção da vida na comunidade. Pensei, por fim, na vida e na morte do Marçal de Souza, da Marinalva Manuel, do Nísio Gomes, do Marcos Veron e de tantos outros líderes assassinados.

Em cinco anos envolvida com este projeto, acredito que este artigo foi o mais difícil que produzi até então, porque demorei muito de encontrar as

palavras para usar, para dizer da dor do outro. Dizer da morte e da coragem foi a única ambivalência possível. Fazer essa ambivalência funcionar como um tipo de afeto potente, certamente, foi o meu fracasso aqui. Daí a minha vontade de deixar que as cartas dissessem por si, de investir simplesmente no que as mulheres disseram e de me apoiar nas suas respostas, nos seus modos de expressão.

Na minha sensação de impotência, o que faço é ensaiar escrever respostas a essas cartas. Ensiar escrever cartas-respostas também para dizer dos meus afetos de coragem diante do corpo de dor que não é o meu. Escrever respostas não para tentar produzir qualquer tipo de conforto (sei que jamais conseguiria isso), mas para simplesmente dizer que suas palavras me mobilizam, que há outros tantos mobilizados também, que suas cartas já estão circulando nas escolas e universidades pelas quais transito e que suas palavras podem criar outros modos de vida e de coragem também.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Encontros*. Organização Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Açougue, 2008.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O medo dos outros. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2011, V. 54, n. 2, p. 886-917.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- COSTA, Suzane Lima. As cartas dos Povos Indígenas ao Brasil. *Memoria Americana: Caudernos de etnohistoria*. Buenos Aires, UBA, 2018, Vol. 26, n.1, p. 94-104.
- COSTA, Suzane Lima. *O que (ainda) podem as cartas? Interdisciplinar VIII*. Sergipe, UFS, 2013, V.19, n. 01, p.87-98.
- DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. Trad. Sandra Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016.
- GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris, Dunod, 1998.
- GUAJAJARA, Sonia. *Carta pré-candidatura à Presidência do Brasil*. Disponível em: <<https://www.psol50.org.br/conheca-sonia-guajajara-primeira-indigena-em-uma-pre-candidatura-presidencial/>> Acesso em: 25 fev. 2018.
- GUARANI-KAIOWÁ. *Carta Guarani Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay*. Conselho Indigenista Missionário (website). Brasília: CNBB, 8 out. Disponível em:<<http://goo.gl/GWZy2l>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- CONSELHO DA ATY GUASU. *Carta Kaiowá Guarani ao Presidente Lula*. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/08/27/carta-kaiowa-guarani-ao-presidente-lula/>>. Acesso em: 22 set. 2010.

CONSELHO DA ATY GUASU. *Carta Kaiowá Guarani à Presidente Dilma*. Disponível em: <
<https://www.brasildefato.com.br/node/5574/>>. Acesso em: 22 set. 2011.

LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TERENA. *Carta das mães Terena*. Disponível em:<
<http://odescortinardaamazonia.blogspot.com/2013/06/carta-das-maes-terena-de-mato-grosso-do.html>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 03/07/2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 04/08/2018.